



TERMO DE REVOGA O

A(O) Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, no uso de suas atribui es legais e com fulcro no Art. 49, caput, da Lei 8.666/93 e suas posteriores altera es, resolve **REVOGAR** a licita o na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N  2023.08.28.003**, cujo objeto   a **EXECUCAO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUCAO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NA LOCALIDADE DE OLHO D'ÁGUA DOS FACUNDOS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N  932234/2022/MDR/CAIXA, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.**

JUSTIFICATIVAS:

Compulsando os autos, destacam-se fatos supervenientes que se contrapõem ao prosseguimento do feito, mesmo não havendo elementos que possam aferir ilegalidade na condu o do certame, resta evidente a necessidade de saneamento de atos que afetam a segurança da contrata o e conseqentemente, o interesse público. Dos quais elencamos:

1. Há necessidade de corre o no projeto básico do objeto a ser executado, por haver ausência de especifica es de alguns itens que compõem a tabela orçamentária.

Sob esta evidência, a licita o não atingir  a sua finalidade, tendo em vista que tais erros poderão prejudicar a execu o da obra, não dando concretiza o ao princípio da eficiência, entendendo-se cabível a revoga o do procedimento, permitida pelo art. 49 da Lei n  8.666/93, Cumpre-nos acrescentar que nenhuma contrata o decorrente deste certame foi firmada; portanto, a presente revoga o não representar  nenhum prejuízo a quem quer que seja e prevalecerão ilesos os princípios da economicidade e do interesse público.

Conforme o apontamento acima, em juízo de discricionariedade, levando em considera o a conveniência e oportunidade do órgão licitante em rela o ao interesse público,   cabível a revoga o do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho¹, in verbis:

“A revoga o do ato administrativo funda-se em juízo que ap ra a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administra o desfaz seu ato anterior para reput -lo incompatível com o interesse público. (1 ...). Após praticar o ato,   Administra o verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promover , então, o desfazimento do ato anterior”.

Entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, na forma do  3  do Art. 49  da Lei n  8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

“Revoga o de licita o em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei n  8.666/93. (...) São há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei n  8.666/93, quando o procedimento licit torio, por ter sido concluido, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudica o e contrato) ou em casos de revoga o ou de anula o



PREFEITURA DE
BOAVIAGEM

onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame". (TJSP, Apelação Cível nº 175.932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Por fim, com fulcro no Art. 49 da Lei 8.666/93, c/c Art. 109, I, "C" da Lei 8.666/93, decido pela revogação da presente licitação.

Assim, no termo da legislação vigente, fica o presente processo **REVOGADO**.

Publique-se.



Boa Viagem/CE, 20 de outubro de 2023.

Gleysson Vieira Mendes
Ordenador(a) de Despesas
Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos

